

LÉO PERUZZO JÚNIOR

**Realidade, Linguagem  
e Metaética em  
Wittgenstein**



 PUCPRESS

LÉO PERUZZO JÚNIOR

# Realidade, Linguagem e Metaética em **Wittgenstein**

The logo for PUCPRESS, featuring a stylized graphic of three curved lines above the text "PUCPRESS".

PUCPRESS

Curitiba  
2018

©2018, Léo Peruzzo Júnior

2018, PUCPRESS

Este livro, na totalidade ou em parte, não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização expressa por escrito da Editora.

## **PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ (PUCPR)**

### **Reitor**

Waldemiro Gremski

### **Vice-Reitor**

Vidal Martins

### **Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação**

Paula Cristina Trevilatto

### **PUCPRESS**

#### **Coordenação**

Michele Marcos de Oliveira

#### **Editor**

Marcelo Manduca

#### **Preparação de texto e Revisão**

Susan Cristine Trevisani dos Reis

#### **Capa e Projeto gráfico**

Ana Paula Vicentin Ferrarini

#### **Diagramação**

Ana Paula Vicentin Ferrarini

#### **Impressão**

Reproset Indústria Gráfica

### **Conselho Editorial**

Alex Villas Boas Oliveira Mariano

Aléxei Volaco

Carlos Alberto Engelhorn

Cesar Candiotto

Cilene da Silva Gomes Ribeiro

Cloves Antonio de Amassis Amorim

Criselli Maria Montipó

Eduardo Damião da Silva

Evelyn de Almeida Orlando

Fabiano Borba Viana

Katya Kozicki

Kung Darh Chi

Léo Peruzzo Jr.

Luis Salvador Petrucci Gnoato

Marcia Carla Pereira Ribeiro

Rafael Rodrigues Guimarães Wollmann

Rodrigo Moraes da Silveira

Ruy Inácio Neiva de Carvalho

Suyanne Tolentino de Souza

Vilmar Rodrigues Moreira

### **PUCPRESS | Editora Universitária Champagnat**

Rua Imaculada Conceição, 1155 - Prédio da Administração - 6º andar

Campus Curitiba - CEP 80215-901 - Curitiba / PR

Tel. +55 (41) 3271-1701

pucpress@pucpr.br

Dados da Catalogação na Publicação

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR

Biblioteca Central

Luci Eduarda Wielganczuk – CRB 9/1118

---

Peruzzo Júnior, Léo

P471r Realidade, linguagem e metaética em Wittgenstein / Léo Peruzzo Júnior.

2018 Curitiba : PUCPRESS, 2018.

288 p. ; 23 cm

ISBN 978-85-54945-28-2

Bibliografia: p. 278-287

1. Wittgenstein, Ludwig, 1889-1951. 2. Realidade. 3. Ética. 4. Linguagem e línguas – Filosofia. I. Título.



*À Silvia e Júlia, por me ensinarem o valor do tempo e da vida.*

*Aos meus familiares, em especial aos meus pais, por me ensinarem o valor intrínseco da responsabilidade.*

*Aos meus avôs, Ogelmiro (1922-2001), Helena (1927-2015), Angelo (1935-1974) e Aurora – no seu octogésimo aniversário – por me ensinarem o valor do tempo e da memória.*

# Agradecimentos

Ao professor Darlei Dall'Agnol, da Universidade Federal de Santa Catarina, que incentivou e orientou o percurso deste trabalho, em especial abrindo espaço no seu grupo de trabalho.

Aos professores John McDowell, da Pittsburgh University, e a Hilary Putnam, emérito da Harvard University, pela partilha de informações, documentos e pesquisas sobre a obra de Wittgenstein.

Aos professores Luis Henrique Dutra, Delamar Volpato Dutra, Franciele Petry e Arturo Fatturi pelas preciosas sugestões e comentários por ocasião da banca de qualificação e da defesa de doutoramento.

À Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, à FAE Centro Universitário, especialmente à professora Dra. Cleonice Pompermayer e ao professor Antonio Joaquim Pinto e à Faculdade Vicentina – FAVI por proporcionarem um excelente ambiente de trabalho e apoio ao processo de publicação de minhas pesquisas nos últimos anos.

Ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUCPR, em especial aos professores Bortolo Valle, Ericson Falabretti, Kleber Candiotto, Jelson Oliveira, Geovani Moreto e Valdir Borges.

À professora Rosa Calcaterra, da Università Tor Vergata - Roma Tre, pela acolhida e troca de informações durante o período de estadia na Itália.

Ao professor Arley Moreno (1943-2018), *in memoriam*, incentivador das leituras wittgensteinianas e mentor de uma concepção de pragmática filosófica.

Ao inestimável professor Alejandro Tomasini Bassols, da Universidad Nacional Autónoma do México, por inserir-me no grupo de pesquisa *Wittgenstein en Español*, onde não raros fragmentos deste trabalho foram elaborados.

À Editora PUCPRESS, responsável pelo projeto de publicação e revisão da obra.

E, finalmente, aos meus alunos e alunas, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, da FAE Centro Universitário e da Faculdade Vicentina, motivos de minha vocação docente...



*Seguir uma regra é análogo a cumprir uma ordem. Treina-se para isto e reage-se à ordem de uma maneira determinada. Mas como entender isso se a reação das pessoas tanto diante da ordem como diante do treino é diferente: um reage assim e o outro de modo diferente? Quem está então com a razão?*

*Imagine que você fosse como pesquisador a um país desconhecido cuja língua você desconhece completamente. Em que circunstâncias você diria que as pessoas de lá dão ordens, entendem as ordens, cumprem ordens ou se insurgem contra elas etc.?*

**O modo de agir comum dos homens é o sistema de referência por meio do qual interpretamos uma língua estrangeira.**

**Ludwig Wittgenstein**  
*Investigações Filosóficas, § 206*

# Lista de abreviaturas e siglas

**TLP** – Tractatus Logico-Philosophicus

**IF** – Investigações Filosóficas

**DC** – Da Certeza

**UEFP** – Últimos Escritos sobre a Filosofia da Psicologia

**RPP** – Observações sobre a Filosofia da Psicologia

**CV** – Cultura e Valor

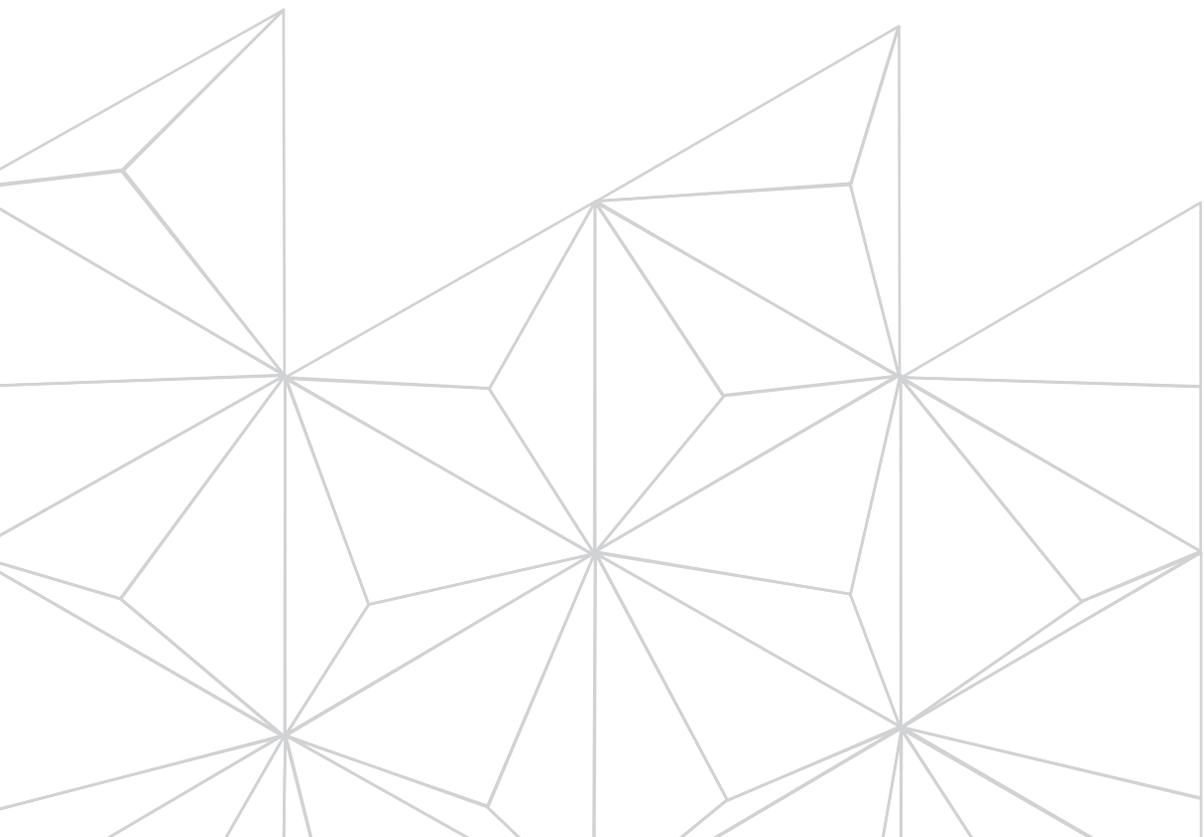
**CE** – Conferência sobre Ética

**BB** – Livro Azul

**BBr** – Livro Castanho

**GF** – Gramática Filosófica

**RP** – Observações Filosóficas



# Sumário

Prefácio.....	8
Introdução.....	14
<b>O debate metaético sobre o não-cognitivismo moral no</b>	
<i>Tractatus Logico-Philosophicus</i> .....	26
A dizibilidade das proposições e a isomorfia mundo/linguagem.....	29
Proposições científicas <i>versus</i> proposições morais: da linguagem ao sentido do mundo.....	38
Avaliando as bases metaéticas dos juízos morais: a hipótese do cognitivismo moral pragmático e a irreduzibilidade da ética à ciência.....	67
<b>A objetividade dos valores morais: o realismo moral de John McDowell.....</b>	<b>76</b>
A crítica de McDowell ao posicionamento de Mackie.....	79
O cognitivismo moral e a possibilidade de objetividade dos valores.....	99
O paradoxo das regras na visão metaética do realismo moral de McDowell.....	110
<b>Valores morais como projeções: o não-cognitivismo moral de Simon Blackburn.....</b>	<b>126</b>
Do realismo moral ao quase-realismo: a existência de valores morais como projeções.....	130
A réplica de Blackburn a McDowell e o problema da atitude moral.....	142
Repensando a natureza automática de “seguir uma regra”.....	148
<b>O pragmatismo como ferramenta de interpretação do</b>	
<b>cognitivismo moral: a atmosfera filosófica da <i>práxis</i>.....</b>	<b>158</b>
O pragmatismo de James como um método de avaliação prática.....	162
O pragmatismo jamesiano como <i>teoria da verdade</i> .....	170
A posição metaética de Wittgenstein e a dívida ao pragmatismo de James.....	185
<b>O cognitivismo moral pragmático a partir das <i>Investigações</i></b>	
<b><i>Filosóficas</i>: da linguagem à forma de vida humana.....</b>	<b>212</b>
Juízos ordinários e a falsa crença na uniformidade da linguagem: a crítica ao essencialismo moral.....	215
Do ceticismo moral ao cognitivismo pragmático: <i>seguir uma regra</i> como uma <i>práxis</i> .....	237
O cognitivismo moral pragmático como teoria metaética.....	252
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>266</b>
<b>Referências.....</b>	<b>278</b>

# Prefácio

Poucos são os trabalhos acadêmicos que fazem um esforço real para contribuir, de forma significativa, para o saber filosófico. Felizmente, esse foi o caso da tese doutoramento de Léo Peruzzo Júnior que, desde o início do nosso trabalho conjunto, preocupou-se em desenvolver uma abordagem diferenciada dos problemas metaéticos acabando por elaborar um enfoque original que nomeou “cognitivism pragmático”. Tal esforço por si só vale a leitura do presente livro que é muito bem-vindo e contribuirá, sem sombra de dúvidas, para incrementar os estudos ético-filosóficos no nosso país. Dada a qualidade do livro do agora doutor Peruzzo Jr., não farei um prefácio repetindo meramente as suas ideias ou apenas louvando a sua excelência, mas irei, ao invés disso, analisar criticamente a sua proposta principal, o cognitivism pragmático.

Para compreender as principais ideias do livro, é necessário retroceder um pouco no tempo. Desde o meu pós-doutorado na University of Michigan, um dos principais centros de metaética do mundo, venho procurando, influenciado pelo assim chamado “II Wittgenstein”, elaborar uma nova epistemologia moral que denominei “cognitivism prático”, cuja ideia central é a de que a moralidade envolve um tipo de *saber-como* (por exemplo, cuidar respeitosa-mente). O presente livro nasce dentro desse programa de pesquisa reconhecendo a necessidade de formular um enfoque metaético novo que supere as dificuldades das abordagens tradicionais, mas também se compromete com pontos com os quais eu não estou inteiramente de acordo. Parece, então, fazer sentido, neste prefácio, apresentar alguns elementos do cognitivism prático contrapondo-o ao cognitivism pragmático de Peruzzo Jr. para que o leitor possa refletir sobre as diferenças de fundo entre as duas propostas e tirar as suas próprias conclusões.

Na sua primeira obra, o *Tractatus Logico-Philosophicus*, Wittgenstein tentou mostrar que não existiriam *proposições* éticas e essa posição é, geralmente, considerada não-cognitivist, ou seja, julgamentos morais não poderiam ser verdadeiros (ou falsos) e nem, portanto, representariam fatos do mundo, mas apenas expressariam os sentimentos de quem os emite. Essa visão foi



radicalizada pelo positivismo-lógico resultando em uma posição metaética emotivista: juízos morais seriam completamente desprovidos de sentido por não serem verificáveis empiricamente. O emotivismo contrapôs-se ao realismo de alguns intuicionistas que, seguindo G. E. Moore, defendiam que julgamentos morais representariam propriedades e estados de coisas *sui generis* (por exemplo, não-naturais) apreensíveis via intuição e não por observação. Agora, se negarmos que o conhecimento somente pode ser apresentado por proposições verdadeiras, como Wittgenstein parece ter feito na sua obra tardia *Investigações Filosóficas* (§ 150-1) e, principalmente em *Da Certeza*, então seria possível recusar, ao mesmo tempo, tanto a posição não-cognitivista quanto a cognitivista. Como Peruzzo Jr. claramente viu, a recusa desse pressuposto comum abre a possibilidade para repensarmos os problemas metaéticos em direção a uma posição que não é nem antirrealista nem realista; não, ao menos, nos termos do debate entre intuicionistas e emotivistas. Os três primeiros capítulos deste livro reconstroem bem tanto esse debate em torno do *Tractatus* quanto as leituras realistas (McDowell) ou antirrealistas (Blackburn) das *Investigações* que não conseguem apreender a profundidade das contribuições de Wittgenstein para a dissolução de alguns problemas metaéticos.

Procurando esclarecer a natureza dos julgamentos morais a partir da negação do pressuposto único de que o conhecimento se apresenta exclusivamente de forma proposicional, tenho defendido que o saber moral pode ser analisado, definido e tipificado sem cairmos na contraposição realismo/antirrealismo nos termos acima retratados. Creio que o *saber* moral, diferentemente do *conhecimento* proposicional (tradicionalmente definido em termos de crenças verdadeiras e suficientemente justificadas), consiste numa *capacidade adquirida de seguir normas* que prescrevem uma valoração intrínseca de ações, estados de caráter, pessoas etc. Trata-se, por conseguinte, de um *saber-cómo* agir moralmente e não de *conhecimento* proposicional apenas. A proposta de Peruzzo Jr. situa-se dentro desse mesmo projeto, mas acaba por assumir uma tonalidade *pragmática* como o leitor poderá constatar depois de ler os três primeiros capítulos deste livro. O que isso implica? Bem, se dermos crédito ao que é estabelecido desde a Introdução do livro, o termo ‘pragmático’ seria “derivado da influência recebida do pensamento de William James, para o qual

*a verdade de uma ideia deve ser considerada em sentido instrumental, analisando-se os resultados produzidos na ação".* A partir dessa definição, Peruzzo Jr. reconstituiu as outras influências jamesianas presentes no pensamento de Wittgenstein – bem como divergências entre os dois filósofos – e propõe, nos últimos dois capítulos deste livro, a sua abordagem metaética própria: o cognitivismo pragmático. Eis, então, independentemente de quem, no final das contas porventura esteja certo, uma das diferenças fundamentais entre a minha posição e a do autor da presente obra: acredito que o pragmatismo não dá conta da natureza cognitiva dos nossos julgamentos morais além de comprometer o próprio pensamento de Wittgenstein sobre questão da verdade.

Apontarei, então, três questões para o leitor refletir enquanto lê a proposta do cognitivismo pragmático: (i) o pragmatismo parece pressupor, em termos normativos, uma teoria consequencialista (um utilitarismo disfarçado, diriam alguns) e essa não parece ter sido a posição de Wittgenstein que seguiu antes, na minha visão acertadamente, a tradição aristotélica, ou melhor, kantiana de atribuir valor às próprias ações morais e não apenas ao seus efeitos; (ii) o pragmatismo está irremediavelmente ligado à uma teoria da verdade que foi, explicitamente e por boas razões no meu entendimento, também recusada por Wittgenstein; (iii) a suposta superação da distinção entre fatos e valores, preconizada por Peruzzo Jr., não encontra, segundo a minha interpretação, apoio no aparato conceitual que herdamos de Wittgenstein, ou seja, na caracterização do significado a partir das *regras* de uso das palavras e das sentenças; na descrição dos jogos-de-linguagem morais; na identificação das semelhanças-de-família entre os conceitos 'bom', 'correto' etc. Ao contrário, penso que há diferenças de *tipo* entre jogos-de-linguagem descritivos (representando *fatos*) e jogos-de-linguagem morais normativos (prescrevendo *valores*), por exemplo, normativos, valorativos etc. No que se segue, então, comentarei melhor cada um desses pontos, contrastando-os com a posição pragmática que é defendida neste livro provocando o leitor a pensar por si mesmo essas questões.

Quanto ao primeiro ponto, por se comprometer com a tese pragmatista segundo a qual a verdade de um enunciado depende dos efeitos produzidos, Peruzzo Jr. acaba por subscrever uma ética consequencialista que seria recusada por Wittgenstein. Na realidade, no capítulo quatro deste livro,

o autor explicitamente quer recusar formas mais rudimentares de pragmatismo, mas, no final não fica claro que concepção de verdade é usada a não ser a acima mencionada. O ponto central, entretanto, diz respeito à caracterização do valor moral que não pode ser feito em termos utilitaristas ou pragmatistas. Wittgenstein claramente recusou essa visão. Pode-se constatar esse ponto relendo o *Tractatus* (obs. 6.422): “O primeiro pensamento que nos vem quando se formula uma lei ética da forma ‘você deve...’ é: e daí, se eu não o fizer? É claro, porém, que a ética nada tem a ver com punição e recompensa, no sentido usual. Portanto, essa questão de quais sejam as *consequências* de uma ação não deve ter importância. – Pelo menos, essas consequências não podem ser eventos. Pois há decerto algo de correto nesse modo de formular a questão. Deve haver, na verdade, uma espécie de recompensa ética e punição ética, mas elas devem estar na própria ação”. Bem, parece bastante claro que Wittgenstein situa o ético no domínio aristotélico da *práxis* (o bem é interno à própria atividade) ou kantiano de um imperativo categórico que comanda a ação como boa em si mesma e *não* pragmático-utilitarista. Na *Conferência sobre Ética*, esse é o domínio do valor absoluto, segundo Wittgenstein, próprio do ético tal como ele é expresso em proposições do tipo “Não se deve caluniar!”. Até onde sei, Wittgenstein nunca abandonou essa posição teórica e prática vivendo até mesmo de forma rigorista (sobre esse ponto, ver a biografia de Ray Monk). Mesmo que venhamos a atenuar esse anticonsequencialismo (eu próprio qualifico intenções/ação/efeitos como um todo orgânico no sentido mooreano), não será a via pragmatista que nos levará, como será visto a seguir, a uma melhor compreensão na natureza *cognitiva* dos julgamentos morais.

Em segundo lugar, Wittgenstein rejeitou a teoria pragmatista da verdade. Peruzzo Jr. está ciente disso citando explicitamente as passagens em que Wittgenstein recusa-se a ser associado ao pragmatismo. A concepção pragmatista de verdade diz, basicamente, que juízos são verdadeiros dependendo dos *efeitos práticos* de se acreditar neles. Corretamente, Wittgenstein recusou essa *teoria* e defendeu uma visão mais pluralista: diferentes jogos-de-linguagem abrigam proposições que são verdadeiras ou por corresponderem aos fatos ou por serem coerentes com proposições básicas assumidas como verdadeiras etc. A teoria pragmatista, de fato, precisa ser recusada, pois ela pode levar até

mesmo a posições “convenientes” de aceitação de crenças falsas (digamos, a inferioridade de gênero) se os efeitos práticos são considerados positivos, por exemplo, para manter a estabilidade e o *status quo* de uma determinada sociedade. Ora, temos que acreditar naquilo que é verdadeiro (pessoas são iguais independentemente do gênero; deve-se manter as promessas! Etc.) e não naquilo que produz certos efeitos práticos, por exemplo, se é conveniente aqui e agora quebrar promessas. Por conseguinte, o pragmatismo parece distorcer o caráter cognitivo dos juízos morais.

Finalmente, em relação à suposta superação da distinção entre fatos e valores, apregoada por pragmatistas, penso que Wittgenstein fez um esforço enorme para mostrar que jogos-de-linguagem descritivos e prescritivos não podem ser intercruzados sob pena de cometermos erros categoriais. Uma das tarefas da filosofia é exatamente a de dissolver tais problemas metafísicos. Claramente, Peruzzo Jr., no meu entendimento de forma acertada, recusa o empirismo jamesiano, mas acaba por aceitar uma suposta superação da distinção entre fatos e valores que não encontra apoio no pensamento wittgensteiniano. Para ser breve: pode ser um fato que as pessoas quebram facilmente as suas promessas, mas a questão ética é normativa, não factual, ou seja, deveriam fazê-lo? Novamente, invocar efeitos práticos como forma de responder a essa questão não condiz com o caráter categórico dos julgamentos morais claramente assumido por Wittgenstein e nem com o seu anticientificismo. Penso, portanto, que o cognitivismo prático, capaz de preservar esse ponto, condiz mais com a moralidade do que o cognitivismo pragmático, mas cabe ao leitor desse livro julgar por si mesmo a questão.

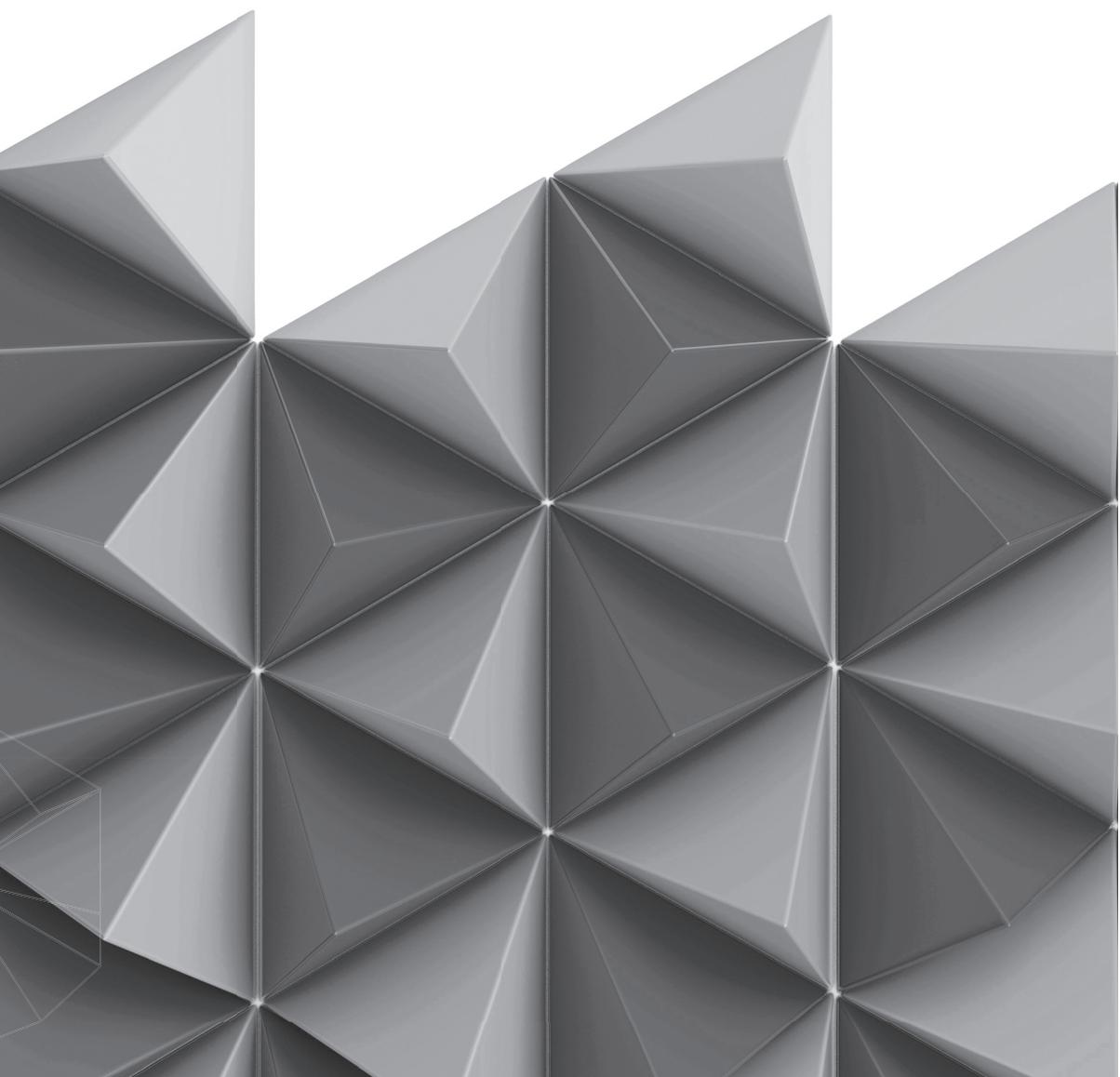
Para encerrar, então, gostaria de alertar para o seguinte: a Academia é o lugar do debate agonístico de ideias possibilitado pelo respeito recíproco entre pessoas livres e iguais sendo essa reverência uma expressão clara do próprio *saber-como* moral. Eis, então, neste livro, um bom exemplo da diversidade de visões e de respeito recíproco: a de um orientador que discorda do orientando, estimulando-o a pensar por si próprio os problemas metaéticos, e de um orientando que discorda do orientador, mas usa alguns resultados de seu trabalho para encontrar o seu próprio caminho. O resultado, espero, possa engrandecer a atividade filosófica como tal. Oxalá possamos ver mais

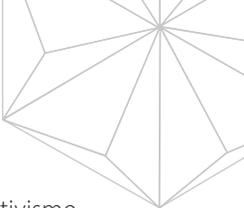
discussões desse tipo no nosso país e não meras exegeses de grandes pensadores e supostas unanimidades entre comentadores que não contribuem para o desenvolvimento do verdadeiro espírito filosófico. Um dos méritos inegáveis de Peruzzo Jr. é, exatamente, o de propiciar esse debate que, assim desejo, continue em novas atividades cooperativas, fortalecendo, desse modo, a própria filosofia e servindo de exemplo para outras pessoas. Que o leitor possa, depois de aventurar-se neste excelente livro, participar também elaborando seus próprios pensamentos metaéticos, trazendo-os a público.

***Prof. Dr. Darlei Dall’Agnol***

***(UFSC/CNPq)***

# Introdução





Este livro é resultado da tese de doutoramento intitulada “Cognitivismo Moral Pragmático e Metaética em Wittgenstein”. No horizonte de uma *perspectiva pragmática*, a obra pretende mostrar de que modo Wittgenstein realiza uma dissolução, em sua filosofia tardia, da dicotomia fato/valor. É neste sentido que o debate metaético entre realistas e antirrealistas parece ser inverossímil, uma vez que seus argumentos, em linhas gerais, são construídos a partir da pressuposição da existência, de um lado, do *valor* e, do outro, do *mundo*, da *realidade*.

O colapso da dicotomia fato/valor, porém, não é um elemento característico do *Tractatus Logico-Philosophicus*. E tal argumento é amparado pela concepção wittgensteiniana de “limite do mundo”, isto é, pela hipótese de que há uma linha entre proposições dotadas de sentido e outras que não passam de contrassensos. A rigor, o “Valor”, a “Ética”, o “Absoluto” encontram-se como condições *transcendentais* – condições de possibilidade para o sentido do mundo. Porém, é na estrutura da linguagem que a questão da dicotomia fato/valor pode tornar-se um pseudoproblema filosófico. A estreita passagem entre o *Tractatus* e a filosofia tardia reside numa dissolução, portanto, do próprio problema e num desvelamento do conceito de “forma de vida humana” como categoria essencial ao tratamento do tema entre cognitivistas e não-cognitivistas.

No *Tractatus Logico-Philosophicus*, Wittgenstein mostra que a ética não pode ser pensada de forma científica, uma vez que ela trata de valores absolutos e não de fatos: “O sentido do mundo deve estar fora dele. No mundo, tudo é como é e tudo acontece como acontece; não há nele nenhum valor – e se houvesse, não teria nenhum valor” (TLP 6.41). Dessa forma, o pensamento tractatiano esclarece que a ética não se deixa exprimir, sendo ela transcendental. O mundo é constituído de fatos, estados de coisas, objetos, mas não há nele, portanto, algo como “proposições na ética”, delimitando uma imagem de que a mesma não pode ser expressa proposicionalmente. Assim, por um lado, encontra-se a tarefa da ciência de apresentar uma descrição do mundo e, por outro, o papel da terapia filosófica em resolver os emaranhados do mau uso da linguagem.

Essa imagem negativa, apresentada no *Tractatus*, está associada a uma postura metaética que pode ser intitulada como *não-cognitivista*, segundo

a qual julgamentos morais não podem ser verdadeiros nem falsos, uma vez que é impossível encontrar fatos éticos pois o sentido do mundo está fora dele. Neste caso, partindo-se do fato de que figurações dos fatos são feitas, deve-se apenas analisar as condições que as tornam possíveis e exibir o que não satisfaz essas condições. Porém, antes de discutir como essa atividade é levada a cabo, convém esclarecer que pretendemos analisar a possibilidade de uma descontinuidade no pensamento do *Tractatus* e das *Investigações*, que acontece na medida em que, na primeira obra, Wittgenstein delimita o campo da ética afirmando que ela não pode ser teorizada, enquanto que, na segunda, a partir da discussão sobre seguir regras, são dadas ferramentas para pensar a ética através de nossas práticas.

A tese desta obra é mostrar que, se no *Tractatus* o autor defende o não-cognitivism como alternativa para demarcar os limites das proposições científicas, nas *Investigações*, Wittgenstein defende um *cognitivism pragmático*, em que os jogos de linguagem morais são a expressão intersubjetiva compartilhada pela forma de vida humana. Assim, um juízo moral é cognitivo na medida em que sua objetividade vai sendo construída pelo seu valor prático. A *práxis*, enquanto domínio de uma técnica linguística, é responsável por remeter o conteúdo cognitivo. Um juízo do tipo “Fazer a ação X é um ato moralmente bom” somente pode ser compreendido, porque o predicado moral “bom” pertence a uma *família de significações* compartilhada pela forma de vida. Ao mesmo tempo, a possibilidade de um *cognitivism pragmático* pretende, por sua vez, superar as versões do modelo de cognitivism apresentando por John McDowell e do não-cognitivism proposto por Simon Blackburn. Além disso, pretendemos mostrar que o termo “pragmático”<sup>1</sup> é derivado da influência recebida do pensamento de William James, para o

---

<sup>1</sup> Conforme apresentamos no quarto capítulo, o termo *pragmático* não pretende ligar Wittgenstein diretamente à teoria pragmatista de W. James, uma vez que o próprio autor afirma, por exemplo, em *Da Certeza* (§ 422), em que sentido há elementos que apenas “soam” como pragmáticos, ponto que se distancia do empirismo radical jamesiano. Nesse sentido, as proposições morais e, portanto, o *cognitivism moral pragmático* estão intimamente ligados às práticas humanas, nas quais a linguagem é uma atividade guiada por regras cuja explicitação não consiste, portanto, numa busca extralinguística.

qual a verdade de uma ideia deve ser considerada em sentido instrumental, analisando-se os resultados produzidos na ação.

Para sustentar uma posição não reducionista a respeito da dicotomia fato/valor, mostramos que Wittgenstein recusa, por um lado, a visão platônica sobre as regras, analisada também pelo cognitivismo moral de John McDowell e, por outro, o argumento de que não há regras objetivas, o que tornaria sempre necessária uma nova interpretação para as ações, postulada pela visão do não-cognitivismo moral de Simon Blackburn. Ambas as teorias partem de pressupostos equivocados na interpretação das *Investigações Filosóficas*: a primeira, por considerar uma relação estabelecida entre valores e qualidades secundárias, uma vez que se as qualidades dependem de nossa experiência para serem acessíveis, os valores também dependeriam de nossa experiência moral para serem experienciados; a segunda, definida como quase-realismo ou projetivismo, por sustentar que os juízos morais são crenças portadoras de verdade no senso moral comum, isto é, que são projeções de nossos sentimentos, atitudes, desejos sobre um mundo natural, desprovido de qualquer anseio metafísico ou teoria ética normativa.

Partindo dessas questões, o papel das regras, nas *Investigações*, deve ser compreendido em termos objetivos, mas não numa relação de correspondência com a existência de propriedades morais ou, contrariamente, pelo seu total ceticismo. Há jogos de linguagem morais que não são verdadeiros ou falsos na forma como são tratados tanto pelo cognitivismo de McDowell, assim como pelo não-cognitivismo de Blackburn. Porém, isso não compromete a sua objetividade, uma vez que eles possuem padrões internos de correção e sentido que são sustentados pelo uso (*Anwendung*). Dominar uma técnica, seguir uma ordem, compreender um sentimento, portanto, não é um processo automático, pois, como afirma Wittgenstein, “[...] ‘seguir a regra’ é uma *práxis*” (IF, § 202).

Assim, o pressuposto comum a essas duas interpretações metaéticas pretende ser superado pelo *cognitivismo pragmático*, uma vez que as falsas dicotomias partem da tese de que o conhecimento moral deve ser tratado como um conteúdo proposicional, isto é, em termos de verdadeiro ou falso. Ao sustentarmos essa interpretação, a partir de *Investigações Filosóficas*, mostramos

que o conhecimento moral não é apenas uma crença verdadeira e justificada, como pretendem tanto o cognitivismo como o não-cognitivismo, mas um “ser capaz de” agir de acordo com as regras num *contexto pragmático*, onde os conceitos e juízos morais, em última instância, somente são cognitivos porque encontram o seu significado na *práxis* do jogo.

No primeiro capítulo, analisamos a posição metaética de Wittgenstein apresentada no *Tractatus*, a qual é responsável por indicar a inefabilidade da ética. Enquanto a escada da lógica serve para realizar uma contundente crítica da linguagem, a escada da ética é responsável por estabelecer as condições transcendentais de possibilidade do que pode ser dito. É também na escada da ética que está a possibilidade da experiência mística, do inexprimível. É seguindo esta posição que o autor vienense afirma que o mundo é desprovido de sentido, contém apenas fatos, no qual o discurso ético, caso fosse possível, deveria ser expresso por uma notação ideal (TLP 4.002). Evidentemente, as únicas proposições que têm valor de verdade são aquelas descritas pelas ciências naturais, demarcando, portanto, um limite entre aquilo que pode ser dito e aquilo que somente pode ser mostrado. A não articulação entre Lógica e Ética, porém, torna insustentável a compreensão da obra de Wittgenstein.

O não-cognitivismo moral encontrado no *Tractatus* aparece quando um juízo moral, por exemplo, “Este fato X é moralmente bom”, não pode *dizer* algo, uma vez que apenas poderia *mostrar* ou *falar*. Juízos morais, por essa razão, não são cognitivos uma vez que não podem ser proposicionais, isto é, ser verdadeiros ou falsos. Estes permanecem no outro lado da tênue fronteira estabelecida pela lógica. O *Tractatus*, porém, não é uma obra sobre ética, uma vez que o autor não está preocupado em formular teorias sobre ética e descrevê-las em suas sutilezas. A posição não-cognitivista é consequência de que o autor não está dirigindo suas investigações com o objetivo de formar um corpo teórico, capaz de elaborar um conjunto de atitudes eticamente corretas que sirvam de guia para a conduta humana. Desta forma, a rejeição da possibilidade do discurso ético parece conduzir a um significativo paradoxo: de um lado, Wittgenstein afirma que o *Tractatus* deve ser lido como um livro com sentido ético, que a obra trata especialmente da ética, considerações que podem ser encontradas a partir do

aforismo 6.42; do outro, a trama leva à conclusão de que o discurso ético, assim como a existência de fatos éticos, é algo impossível (TLP 6.421).

Seguindo o argumento de Arrington (2003), o resultado da posição adotada por Wittgenstein no *Tractatus* é um relativismo ético, para o qual os juízos morais não são portadores de verdade. Sendo assim, o predicado “relativismo”, embora associado a uma série de doutrinas e problemas filosóficos, pretende apenas indicar que, para Wittgenstein, juízos morais não são constituintes dos fatos, uma vez que se houver uma recompensa ética ou uma punição ética, elas estariam na própria ação (TLP 6.422). Isso permite sustentarmos que o filósofo não constrói qualquer tipo de realismo moral no *Tractatus*, negando a possibilidade de haver propriedades morais no mundo em termos objetivos conforme, por exemplo, já destacara Bertrand Russell na introdução da obra: “Toda disciplina da ética, por exemplo, é posta pelo Sr. Wittgenstein na região do inexprimível, do místico.” (RUSSELL, 2001, p. 22 apud WITTGENSTEIN, 2001).

Valendo-nos de uma série de autores, especialmente McGuinness (1981), Ayer (1985), Garver (1994), Diamond (1995), Moreno (2000), Dall’Agnol (1995; 2011), entre outros, mostramos que a obra *Investigações Filosóficas*, escrita a partir da década de 1930, marca um rompimento e, ao mesmo tempo, uma continuidade com algumas das principais teses desenvolvidas no *Tractatus*. Entre essas teses se encontra a discussão sobre a possibilidade, ou continuidade, de uma visão não-cognitivistica remanescente da primeira obra.

Desta maneira, o segundo capítulo pretende analisar a interpretação fornecida por John McDowell, o qual aponta que, em *Investigações*, Wittgenstein torna-se um cognitivista moral, diferentemente do não-cognitivismo atribuído ao *Tractatus*. O raciocínio epistêmico de McDowell, claro representante da ética de virtudes e um profícuo defensor do fim do embate entre “esquema conceitual” e “mundo”, define que somos capazes de apreender os valores de modo semelhante às qualidades secundárias, a partir de uma sensibilidade moral. A objetividade dos valores morais ocorre porque estes seriam capazes de serem experienciáveis sem que sejam concebidos de forma subjetiva. Tais considerações de McDowell são desenvolvidas a partir dos artigos *Non-Cognitivism and Rule-Following* e *Wittgenstein on Following a Rule*. Neles, o autor, a partir de *Investigações Filosóficas*, pretende mostrar que a objetividade dos valores,

assim como o conhecimento moral são possíveis, uma vez que a noção de *seguir uma regra* apoia a possibilidade de seguirmos uma prática e termos critérios de correção para nossas ações.

Mostraremos também que o posicionamento assumido por McDowell, ao tomar as regras como único critério de correção, em sentido estrito, e os valores morais como categorias objetivas, permanece distante do tipo de cognitivismo assumido por Wittgenstein em sua filosofia tardia. Para construir tal argumento, McDowell critica o ceticismo moral de John Mackie, para o qual não existem valores objetivos, o que acarreta, portanto, na impossibilidade de conhecermos a natureza e o objeto dos valores morais (MACKIE, 1977, p. 14-15). A teoria de Mackie, contrariamente à posição de McDowell, compreende que somos levados a manter crenças morais equivocadas que são expressas por juízos morais falsos. O erro consiste em agirmos como se tais propriedades morais devessem realmente existir.

Segundo McDowell, a virtude não pode ser codificada, o que significa que, ao contrário de outras perspectivas em ética, por exemplo, deontológicas e consequencialistas, a ética de virtudes exclui a ideia de que possa existir um único princípio de conduta para o comportamento humano. O discernimento moral seria, portanto, dependente do sujeito virtuoso. Mas, o ponto nodal da posição cognitivista de McDowell é sustentar que, embora afirme que não existam princípios de conduta para orientar o processo de decisão moral, deve haver uma capacidade especial, um tipo particular de sensibilidade, para apreender a regra e aplicá-la corretamente quando conveniente. O realismo moral, defendido pelo autor, procura na objetividade a resposta causal para explicar o comportamento moral. Contrariamente a esse argumento, sustentamos que McDowell está equivocado em buscar a objetividade das regras, como se essas também dependessem de uma capacidade especial, elemento observado no platonismo, conforme será examinado no segundo capítulo. As regras, para Wittgenstein, não são algo independente das nossas práticas, como se fôssemos um observador externo à linguagem, indicando que elas são estruturadas pelas próprias práticas.

No terceiro capítulo, apresentamos a posição não-cognitivista de Simon Blackburn que, recusando a existência de valores morais em termos

objetivos, afasta-se, por meio da réplica *Reply: Rule-Following and moral realism* (1981), da posição de McDowell. A teoria de Blackburn é denominada de quase-realismo ou projetivismo, uma vez que pretende mostrar que as atribuições de valor são projeções de desejos, sentimentos, atitudes sobre o mundo. Assim, na posição não-cognitivista, os julgamentos morais não são descritíveis, isto é, não possuem significados cognitivos. O projetivismo sustentado por Blackburn, embora afirmando que as propriedades morais são projeções de nossos próprios sentimentos (emoções, atitudes etc.), as quais não são propriedades reais, estabelece uma continuidade entre a *filosofia do Tractatus e das Investigações*. Segundo Blackburn, as regras são apenas um padrão convencionalizado pelos homens, da mesma forma que a moralidade, como aponta, é advinda da natureza e da situação dos seres humanos em suas diferentes atividades. Assim, o não-cognitivismo de Blackburn apresenta os polos do relativismo e do ceticismo como posições derivadas da filosofia de Wittgenstein. Para um defensor dessa posição metaética, juízos do tipo “Matar é uma ação moralmente errada” ou “A pena de morte é uma ação socialmente eficaz para coibir certos crimes” simplesmente dependem da capacidade projetiva que fazemos sobre o mundo. Nossas reações naturais sobre os fenômenos deveriam ser a própria explicação teórica de nosso comportamento moral.

Discordando do não-cognitivismo de Blackburn, por sua leitura exageradamente relativista, inferimos que a maior inconsistência de sua posição, em primeiro lugar, é afirmar que as regras, segundo Wittgenstein, são respostas seguidas automaticamente e, em segundo, de que elas sejam incapazes de demonstrar alguma forma de conteúdo objetivo. O conteúdo objetivo, no entanto, não significa um comprometimento com o realismo moral, no qual os julgamentos devem ser redutíveis a propriedades experienciáveis. Por “conteúdo cognitivo”, nas *Investigações*, é possível sustentar que os jogos de linguagem não podem ser resumidos a uma forma de conhecimento proposicional. De acordo com Wittgenstein, os jogos de linguagem morais são cognitivos, não sendo verdadeiros ou falsos, na medida em que seus padrões de correção e sentido são dados pela própria *práxis* do jogo. E isso, obviamente, implica numa posição além da dicotomia tradicional entre fato e valor.

Por essa razão, o cognitivismo de McDowell e o quase-realismo de Blackburn, assim como suas pressuposições metafísicas, são posições fracas e equivocadas, uma vez que ambas procuram algum ponto exterior à linguagem moral para sua correção. A multiplicidade dos jogos de linguagem, aplicada à moral, demonstra que a compreensão está além de uma forma única e geral da proposição, como era no *Tractatus*. Segundo Wittgenstein, no parágrafo 23 de *Investigações*, há uma multiplicidade de tipos de sentenças, em que essa pluralidade não é fixa, porque falar uma “linguagem é parte de uma atividade ou forma de vida” (IF, § 23).

No quarto capítulo, a partir da apresentação das posições de McDowell e Blackburn, pretendemos sustentar que o debate metaético a respeito do *cognitivismo moral* deve ser pensado a partir do *valor prático – práxis* – que é atribuído aos conceitos e juízos morais. É o *valor prático* que garante a possibilidade de dizermos que um conceito ou juízo moral é cognitivo. Mas, para o cumprimento de tal proposta partimos de uma reconstrução da influência recebida do pragmatismo de William James, que aponta em sua obra *Pragmatismo*, publicada em 1907, que seria necessário investigar a forma de escolher dentre as infinitas interpretações da realidade, que podem ser geradas a partir da experiência não qualificada, aquelas que poderiam ser tomadas como verdadeiras.

A primeira referência textual de Wittgenstein a James encontra-se numa carta escrita em 1912, endereçada a Bertrand Russell, na qual relata uma discussão com o psicólogo Charles Myers, confessando que quando possui tempo realiza a leitura de *The Varieties of Religious Experience*: “Este livro me faz muito bem [...]: creio que me ajuda a acalmar-me a *Sorge* (no sentido em que Goethe empregou a palavra na segunda parte de Fausto).” (VON WRIGHT, 1974, p. 10). Já nas *Investigações*, James é citado explicitamente quatro vezes, chegando ao ponto de Geach e seus colaboradores identificarem mais de trinta passagens da obra *The Principles of Psychology* que possuem um lugar paralelo com *Investigações* e *Zettel*. Também é possível identificar uma dezena de referências a James em *Observações sobre a Filosofia da Psicologia*, notas escritas por Wittgenstein entre os anos de 1947 e 1948, conforme será apontado no quarto capítulo. Por fim, há ainda uma série de outros autores que,

nas últimas décadas, têm desenvolvido trabalhos para demonstrar uma identificação de Wittgenstein com os textos jamesianos, entre eles Garth Hallet, Robbin Haack, Stephen Hilmy, Malcolm Budd, Joachim Schulte, Moyal-Sharrock e, recentemente, Russell Goodman, tornando evidente a discussão acerca dos problemas do pragmatismo.

Embora Wittgenstein pareça ter rejeitado uma série de argumentos do pragmatismo de James, pretende-se demonstrar que mesmo havendo um distanciamento, o cognitivismo moral possui uma natureza pragmática, isto é, as consequências do significado de um juízo moral possuem um valor determinado pela própria *práxis*. Por essa razão, em sintonia com os dizeres de James, “as teorias, assim, tornam-se instrumentos, e não respostas aos enigmas, sobre os quais podemos descansar.” (JAMES, 1974b, p. 12) ou, alguns parágrafos depois, “todas as verdades, pois, estruturam-se verbalmente, armazenam-se, tornam-se disponíveis a todos.” (JAMES, 1974a, p. 29). Neste ponto, concorda-se com a tese de Moyal-Sharrock, uma vez que a autora pretende filiar Wittgenstein a uma perspectiva pragmatista na medida em que ele se encontra na família de filósofos que acentua o *primado do agir*. Moyal-Sharrock afirma, por exemplo, que o último Wittgenstein é um pragmatista em sentido amplo, isto é, sua visão de significado em termos de uso, sua insistência na primazia antropológica e lógica da “ação sobre uma palavra (no princípio era a ação), e sua reavaliação de algumas de nossas palavras como ações, amplamente justificam sua afiliação com um pragmatismo amplo.” (MOYAL-SHARROCK, 2003, p. 126).

E, por último, no quinto capítulo, apresentaremos o *cognitivismo moral pragmático*, uma vez que é possível sustentar, especialmente nas *Investigações*, que tal posição é dependente do caráter público das regras, visto que Wittgenstein pretende eliminar a concepção de que a linguagem possa ser guiada privadamente. Assim, em metaética, não é possível pensar em “conceitos”, mas em significados que estão nucleados na trama de *semelhanças de família* usados pela forma de vida humana. Essa compreensão possibilita um novo entendimento sobre a forma pela qual operamos com a linguagem e sua relação com o mundo, pois, como afirma Wittgenstein, “uma regra está aí como uma placa de orientação” (IF, § 85).

Assim, podemos dizer que, para o autor de *Investigações*, não se aprende o significado dos conceitos morais associando-os a certas propriedades reais, que são externas, como aponta o cognitivismo de McDowell ou, contrariamente, apenas a partir da projeção de desejos sobre o mundo, como infere o quase-realismo de Blackburn. Conceitos morais são cognitivos e, portanto, objetivos, haja vista que é possível vivenciá-los contextualmente. *Seguir uma regra*, nesse caso, passa a articular e orientar o *jogo de linguagem* por meio do qual um juízo moral se torna compreensível numa forma de vida.

O cognitivismo moral, assumido a partir de elementos pragmáticos, pode ser demonstrado a partir do pensamento de Wittgenstein numa série de passagens em sua obra tardia: a relação do significado de uma palavra com seu uso (IF, § 43), a imagem da caixa de ferramentas (IF, § 11, § 16), o confronto entre a “pureza cristalina” e a “superfície escorregadia” onde falta atrito da linguagem (IF, § 107), o “seguir a regra” como uma *práxis* (IF, § 202), o atuar que “está no fundo do jogo de linguagem” (DC, § 240), “a prática confere às palavras seu sentido” (CV, § 125), o olhar “que a palavra nos lança em determinado contexto” (UEFP, 366) e “estou tentando dizer algo que soa como um pragmatismo” (DC, § 422). Essas observações permitem uma convergência entre o pensamento tardio de Wittgenstein e a eliminação das dicotomias filosóficas entre o cognitivismo, do tipo realista, e o não-cognitivismo, na versão quase-realista.

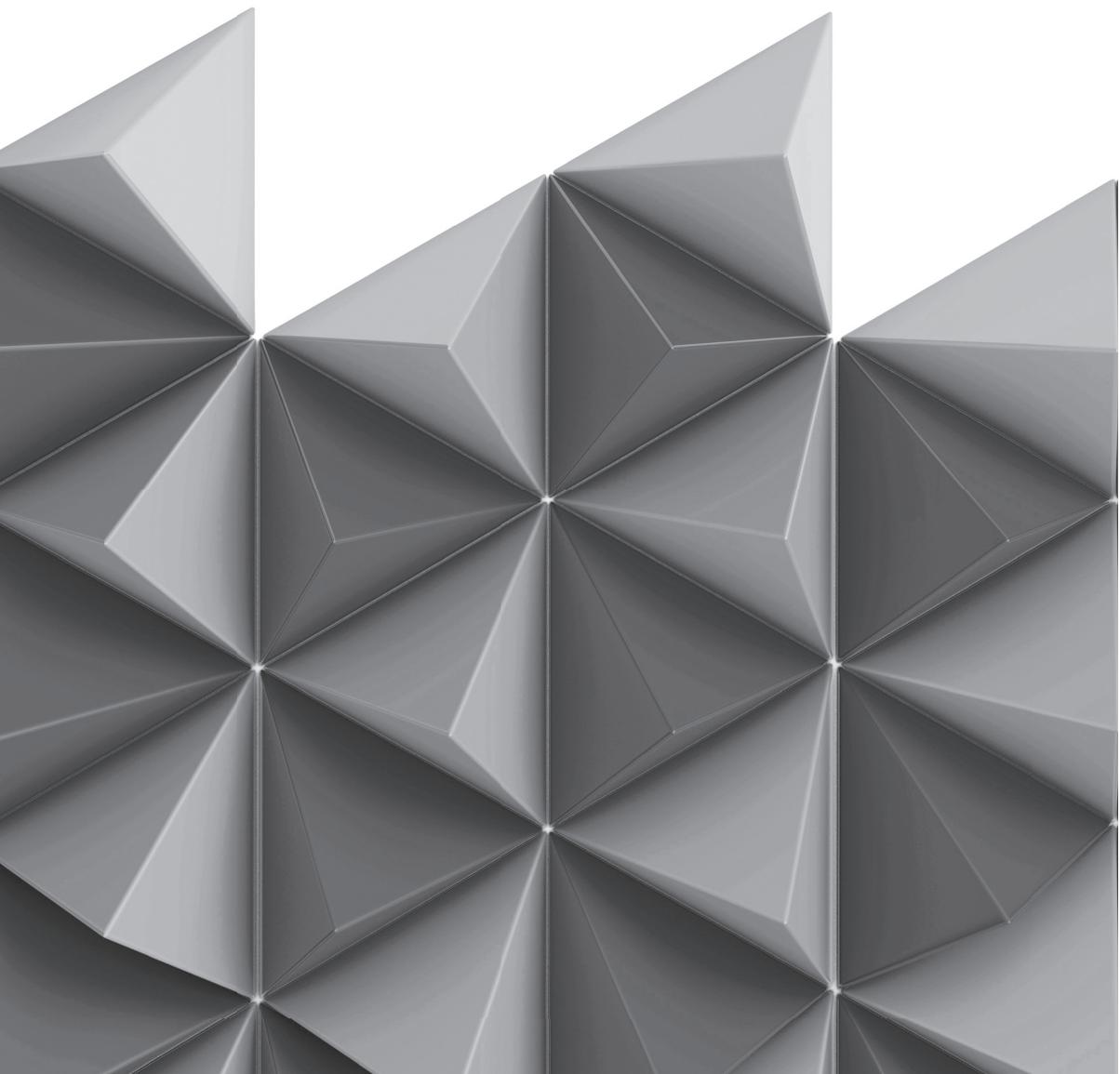
Nas sendas da tipografia filosófica de Wittgenstein, podemos compreender que os conceitos morais são objetivos não porque estão em correspondência com propriedades reais ou são simplesmente projeções da capacidade humana, mas porque coordenam o comportamento, estabelecendo o que significa agir ou não em conformidade com tais propriedades a partir do caráter público das regras. É nesse caráter público das regras que devemos pensar o contexto prático (pragmático), em que os conceitos e juízos morais adquirem o seu conteúdo cognitivo. Antes de procurar substanciar essa posição, precisamos esclarecer que as propostas de McDowell e Blackburn são indispensáveis quando se pretende caracterizar a questão do *cognitivismo moral pragmático* nos escritos tardios de Wittgenstein, especialmente em *Investigações*. Preliminarmente, esclarecemos que ao subscrever a multiplicidade

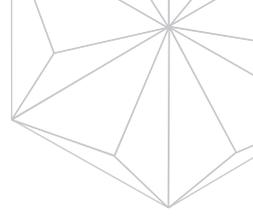
de jogos de linguagem, entre os quais estão aqueles morais, Wittgenstein não se compromete com um relativismo cultural, para o qual os princípios morais descrevem convenções sociais, ou mesmo com um relativismo ético, em que não é possível conceber juízos morais absolutos, mas com a noção de que os padrões de correção no uso de conceitos e juízos morais não podem partir de um essencialismo da linguagem. Por essa razão, aqui se identifica que o debate wittgensteiniano se torna um debate acerca de metaética, e não de ética normativa ou de ética prática.

Em seguida, apresentamos o problema da conexão entre as *regras* e as *ações*. Dado que as regras não contêm em si a orientação de sua aplicação, acreditar que se está seguindo a regra efetivamente é *agir* demonstrando que ela foi corretamente compreendida. Mas, como sabemos se realmente compreendemos a regra “Vire à esquerda após o semáforo” ou “Pare na faixa amarela”? Rejeitando uma leitura relativista, Wittgenstein sustenta que as regras não podem ser interpretadas indefinidamente, pois a cada interpretação seriam necessárias outras regras ocasionando, portanto, um regresso infinito. O chão áspero redime a vagueza da falta de entendimento. Ao associar essa questão com a tese deste trabalho, é possível estabelecer que, para Wittgenstein, os juízos morais possuem um caráter cognitivo, na medida em que as regras encontram na *práxis* os elementos suficientes para orientar o modo de agir. Portanto, como última etapa do trabalho, indicamos que o cognitivismo moral pragmático não apenas representa uma reação frente aos “ismos”, aos quais Wittgenstein não pretenderia estar filiado, mas um ponto intermediário no debate metaético no qual se considera a *forma de vida humana* como sistema de referência para tornar os conceitos e juízos morais cognitivos.

Sendo assim, o pensamento tardio de Wittgenstein, especialmente nas *Investigações*, mostra-se fecundo, quando se considera o seguimento de regras como um fator de decisão, uma placa de orientação, na possibilidade de os juízos morais serem cognitivos. Assim, por nosso trabalho cruzar horizontes da metaética, o cognitivismo moral pragmático não separa a regra da ação, mas condiciona a objetividade e a correção dessa ao uso efetivo dado na *práxis* da própria linguagem.

**O debate metaético sobre o  
não-cognitivismo moral no  
*Tractatus Logico-Philosophicus***





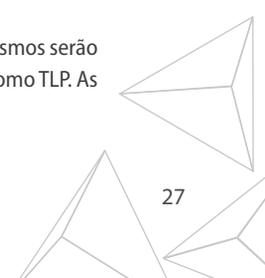
*“É por isso que tampouco pode haver proposições na ética. Proposições não podem exprimir nada de mais alto.”<sup>2</sup>*

A ética ocupa um lugar especial e peculiar no pensamento de Wittgenstein – especial porque está para além da fronteira factual; peculiar porque não cabe num certo discurso descritivo do modo como as coisas realmente são. Assim, ao contrário do que ocorre com a armação lógica da linguagem, o *valor ético* não pode ser *dito* por proposições dotadas de significado, como expressara ao afirmar que “a ética não trata do mundo. A ética deve ser uma condição do mundo, como a lógica” (WITTGENSTEIN, 2000, p. 114). No *Tractatus*, Wittgenstein sustenta que o ponto central da obra tem natureza ética, indicando que o objetivo é delimitar a esfera do ético de dentro para fora. Nesse caso, a ética, tal como a estética e a lógica, estão ligadas pelo fato de serem transcendentais, isto é, enquanto tudo aquilo que é factual é acidental, essas tornam-se as precondições do mundo<sup>3</sup> (TLP 6.421). Inicialmente, apresentamos os principais elementos que constituem o núcleo do pensamento de Wittgenstein no *Tractatus*, procurando compreender como a dicotomia fato/valor é um elemento característico para situarmos a inexistência de haverem proposições éticas. Para tal questão, abordaremos a posição metaética não-cognitivistada adotada pelo autor, qual seja, da impossibilidade de as proposições éticas serem dotadas de valor de verdade, reconstruindo-se, inicialmente, os limites da dizibilidade para, posteriormente, apresentar-se a demarcação entre tais proposições e as proposições científicas. A hipótese mencionada é claramente apresentada por Margutti na seguinte passagem:

---

<sup>2</sup> TLP 6.42.

<sup>3</sup> WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2001. Os aforismos serão citados apenas pela numeração atribuída por Wittgenstein, e a obra será citada como TLP. As demais obras seguem a disposição de identificação da lista de abreviaturas.





De que modo nossa linguagem consegue ser uma representação da realidade? É possível figurarmos as coisas como efetivamente elas são num espaço que é dirigido para fora nós? Os valores que são atribuídos aos fatos estariam nos próprios fatos ou ultrapassam as fronteiras do mundo? Há fatos ou propriedades morais? Como ocorre a conexão entre nossas crenças morais, os fatos e sua normatividade? É possível falarmos de conhecimento moral com a mesma confiança com que falamos de conhecimento científico? Qual a natureza da discordância ou relativismo moral? Podemos falar na existência de fatos ou propriedades morais que garantem a natureza cognitiva de nossas representações? A obra **Realidade, Linguagem e Metaética em Wittgenstein** pretende mostrar que se, no *Tractatus*, o autor aponta uma visão não-cognitivistica como alternativa para demarcar os limites das proposições científicas, a partir de *Investigações* é possível defender um cognitivismo pragmático, em que os jogos de linguagem morais são expressão intersubjetiva compartilhada pela forma de vida humana.